

A REPRESSÃO ESTATAL CONTRAINSURGENTE DURANTE OS GOVERNOS KIRCHNERISTA NA ARGENTINA (2003-2013)

*Counterinsurgency state repression during the
Kirchnerist governments in Argentina (2003-2013)*

*Represión estatal contrainsurgente durante los
gobiernos kirchneristas en Argentina (2003-2013)*

DOI: 10.26512/ser_social.v27i57.54396

Lisandro Braga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3143-5694>

Lattes: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=-C874BC4ED444144F5C12F2EEC6EB71E9.buscatextual_0

Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR. Diretor do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social/NEC-CSO; Editor da Revista Despierta; membro do Comitê Assessor Acadêmico da Revista Conflicto Social/UBA, Buenos Aires, conselheiro editorial da Espaço Livre, Revista Sociologia em Rede, Revista Enfrentamento, Revista Despierta etc. e parecerista de diversas outras revistas acadêmicas nacionais (Ser Social/UNB, Política e Trabalho/UFPA, Revista Em Tese/UFSC) e internacionais (Revista Conflicto Social/UBA). Tem interesse e desenvolve investigações em Sociologia (Política) Contemporânea, Sociologia das Organizações, Teoria Marxista Contemporânea, Estado Neoliberal na América Latina (Argentina e Brasil), Discurso e Dominação na Contemporaneidade, Sociologia da Contestação Social, Repressão Estatal e Policial na Contemporaneidade.

RESUMO

Este artigo tem como propósito analisar as correspondências sociais existentes entre a política econômica e a política repressiva estatal-policial na sociedade Argentina, entre os anos de 2003-2013 destacando os vínculos que tais políticas guardam com os interesses de determinadas classes sociais (burguesia, burocracia, intelectualidade etc.), apreendendo a maneira pela qual as classes sociais desprivilegiadas (proletariado, lumpemproletariado, classe serviçal etc.) são impactadas por essas políticas estatais econômicas e repressivas, analisando a dinâmica policial de execução dessa política repressiva contrainsurgente em alguns episódios emblemáticos de repressão estatal policial, durante uma década de vigência de governos progressistas kirchnerista. Após discutirmos nosso fio condutor teórico-metodológico geral, isto é, a teoria social marxista contemporânea e o método dialético, partimos para o estudo de uma realidade social específica, isto é, a correspondência entre a dinâmica produtiva neoliberal capitalista e suas correspondentes formas de regularização social, especificamente sua política repressiva contrainsurgente, na sociedade argentina.

PALAVRAS-CHAVES

regime de acumulação; neoliberalismo; capitalismo argentino; escalada repressiva.

ABSTRACT

This article aims to analyze the social correspondences between economic policy and state-police repressive policy in Argentine society between the years 2003 and 2013, highlighting the connections these policies maintain with the interests of specific social classes (such as the bourgeoisie, bureaucracy, intellectuals, etc.). It seeks to understand how underprivileged social classes (the proletariat, lumpenproletariat, service class, etc.) are affected by these state economic and repressive policies, focusing in particular on the police dynamics involved in the implementation of counterinsurgency repression, as observed in emblematic episodes of state-police repression during a decade of progressive Kirchnerist governments. After presenting our general theoretical-methodological framework — namely, contemporary Marxist social theory and the dialectical method — the study turns to a specific social reality: the correspondence between the productive dynamics of neoliberal capitalism and its related forms of social regulation, with particular emphasis on its counterinsurgency repressive policy in Argentine society.

KEYWORDS

accumulation regime; neoliberalism; argentine capitalism; repressive escalation

RESUMEN

Este artículo tiene como propósito analizar las correspondencias sociales existentes entre la política económica y la política represiva estatal-policial en la sociedad argentina, durante el período 2003-2013, destacando los vínculos que dichas políticas mantienen con los intereses de determinadas clases sociales (la burguesía, la burocracia, la intelectualidad, etc.). Se busca comprender de qué manera las clases sociales desprivilegiadas (el proletariado, el lumpemproletariado, la clase servicial, etc.) se ven afectadas por estas políticas estatales, tanto económicas como represivas. El análisis se centra en la dinámica policial de ejecución de esta política represiva contrainsurgente, a partir de algunos episodios emblemáticos de represión estatal-policial ocurridos durante una década de gobiernos progresistas kirchneristas. Luego de presentar nuestro hilo conductor teórico-metodológico —la teoría social marxista contemporánea y el método dialéctico—, nos abocamos al estudio de una realidad social concreta: la correspondencia entre la dinámica productiva del capitalismo neoliberal y sus formas específicas de regulación social, en particular su política represiva contrainsurgente en la sociedad argentina.

PALABRAS-CLAVES

régimen de acumulación; neoliberalismo; capitalismo argentino; escalada represiva.

Introdução

O propósito desse trabalho é analisar a repressão estatal contrainsurgente, entre os anos de 2003-2013 na Argentina, durante uma década de governos progressistas. A complexa dinâmica formadora da sociabilidade capitalista é marcada fundamentalmente pela constituição de um determinado modo de produzir mercadorias, esses produtos que nos rodeiam em quantidade cada vez maior e em todos os espaços públicos e privados; que exige, para seguir existindo, a constituição da sociedade capitalista como um todo, quer dizer, além de produzir de forma capitalista as mercadorias, é necessário distribuí-las no mercado, bem como constituir diversas *formas de regularização sociais* (estatal, política, econômica, financeira, cultural, ideológica, educacional, repressiva etc.) que tornem regular as relações sociais necessárias para a sustentação da forma capitalista de produzir mercadorias.

Tal complexidade nos remeterá à uma discussão sobre a especificidade dos regimes de acumulação subordinados existentes na América latina. Assim, analisamos de modo relacional a política econômica e repressiva, buscando compreender quais são seus vínculos, como determinadas classes sociais são impactadas com tais políticas e que dinâmica a repressão estatal adquire nesse contexto. Para isso, partimos de uma teoria social marxista contemporânea associada a uma análise qualitativa do material informativo e bibliográfico consultado. Portanto, doravante essa discussão apresentaremos nosso fio condutor teórico-metodológico geral para, em seguida, partirmos ao estudo de uma realidade social específica, isto é, a relação entre o modo de produção capitalista e a dinâmica da forma (social) repressiva contrainsurgente, entre os anos 2003-2013 no regime de acumulação integral argentino.

Modo de Produção e Forma de Regularização Social

Marx utilizou as expressões base e superestrutura, ao que tudo indica, uma única vez em sua obra, e quando utilizou o fez de forma ilustrativa e didático-teórica, a partir da metáfora do “edifício social”, quer dizer, da existência de um fundamento (modo de produção) expresso pela ideia da base, do térreo do edifício, como pré-condição para a existência dos demais andares (formas sociais privadas, políticas, jurídicas, culturais, ideológicas, religiosas, educacionais, repressivas) que, uma vez constituídos, estabelecem correspondência entre si e a base. Seguindo essa linguagem ilustrativa, nesse edifício existem elevadores que conectam, interligam, relacionam, tanto o térreo com os demais andares, quanto esses entre si. Mas, para que os demais andares existam, primeiro é necessário o térreo, uma base onde o edifício como um todo se fundamente.

Em uma de suas obras mais conhecidas e citadas, ele resume o materialismo histórico dialético ao apresentar sua “conclusão geral” e o “fio condutor” da sua episteme e sua forma de conceber a realidade social:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que *correspondem* a um determi-

nado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a *base concreta* sobre a qual se eleva uma *superestrutura* jurídica e política e a qual *correspondem* determinadas formas de consciência social. O *modo de produção da vida* material *condiciona* o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral [...] Ao considerar tais *alterações* é necessário sempre distinguir entre a *alteração material* – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as *formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas* ou *filosóficas*, em resumo, as *formas ideológicas* pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências [...] (MARX, 1983, p. 24-25 – itálicos nossos).

Temos aqui a primeira e única menção de Marx sobre a relação existente entre a *estrutura econômica* (modo de produção material) e a *superestrutura* (formas sociais), no entanto, aqui não se encontra uma definição minudenciada sobre o modo de produção nem tampouco sobre a superestrutura. E, sem sombra de dúvidas, essa ausência contribuiu para diversas polêmicas e interpretações problemáticas sobre a dinâmica relacional existente nesse par-conceitual. O predomínio das interpretações apressadas e economicistas, sem falar daquelas tantas que sequer passaram pela produção teórica de Karl Marx, pouco contribuiu com o desenvolvimento dessa discussão, visto que menosprezavam o papel da superestrutura (formas sociais) como uma das múltiplas determinações da realidade histórico-social.

Na produção social da existência, os seres humanos estabelecem determinadas relações sociais de produção, quer dizer, um modo determinado de produzir as condições necessárias de existência da vida social e que esse possui correspondência/intercâmbio com o desenvolvimento histórico das forças e capacidades produtivas.

O conjunto das forças produtivas, ou seja, a capacidade de determinada sociedade produzir constitui a base da sociedade, aquilo que na obra *A ideologia alemã* (Marx e Engels, 1984) se destaca como o modo de produzir a vida em determinada sociedade. E que esse modo de produção da vida social *condiciona* a forma como a sociedade desenvolve suas formas sociais (políticas, culturais, intelectuais, repressivas etc.).

Nesse sentido, algumas leituras contemporâneas sobre o materialismo histórico dialético também buscaram reforçar essa compreensão da dinâmica social capitalista, demonstrando a inexistência de qualquer tipo de mecanicismo determinista nas análises de Karl Marx, pelo contrário, algumas foram perspicazes em enxergarem na obra de Marx uma *introdução à teoria das formas sociais* (Viana, 2017). Assim como leituras setentistas já demonstravam que a complexa análise de Marx representou “exatamente o oposto das explicações mecanicistas que a maioria dos amigos e inimigos de Karl Marx tomam por seu legado” (Harrington, 1977, p. 14).

No livro *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético* (2021), Viana ensaia uma teoria das formas de regularização das relações sociais (formas

sociais) fundamentada minuciosamente nessa introdução à teoria das formas sociais de Marx. De acordo com ela devemos compreender que a utilização que Marx fez da metáfora do “edifício social” era ilustrativa e pedagógica, visando explicar sua forma de pensar (episteme) as relações sociais constitutivas das sociedades classistas pré-capitalistas e capitalista: a sociedade dividida em dois elementos, um sendo a infra-estrutura (base) e o outro a superestrutura, o primeiro condicionando o segundo que se constitui tendo aquele como base. Demonstrando também que o primeiro equivale ao modo de produção, conceito que foi desenvolvido, e o segundo às suas formas (sociais) jurídicas, políticas, repressivas, culturais etc. sem, no entanto, apresentar um conceito claro para estas, o que, sem dúvidas, facilitou diversas incompreensões.

Todavia, que fenômenos sociais essas duas noções da realidade buscam expressar em uma sociedade capitalista? Como compreende-los concretamente? A compreensão que se pode extrair dessas categorias é que a sociedade capitalista é um todo complexo formado por diversas partes interligadas (política, economia, cultura, ideologia, repressiva etc.) mas que possui no modo de produzir mercadorias e extrair mais-valor (produção) a determinação fundamental sobre as demais partes constituintes que, uma vez existindo, estabelecem correspondência e intercâmbio com esse fundamento e contribuem para torná-lo regular (regularização/reprodução), da mesma forma que torna regular a sociedade que se fundamenta nele.

Assim, temos uma totalidade intrincada, isto é, a sociedade capitalista (contemporânea) e sua multiplicidade de determinações. A partir dessa compreensão, buscaremos conhecer as formas repressivas estatais em correspondência com a forma estatal neoliberal, o regime de acumulação que ela visa tornar regular, bem como a sociabilidade mais adequada a ele na Argentina (2003- 2013). Mas, antes disso, analisaremos teoricamente o papel da repressão (estatal) policial na sociedade capitalista.

Capitalismo e Aparato Repressivo

A instituição policial, ao contrário do que possa parecer, nem sempre existiu. Os embriões daquilo que hoje conhecemos como sendo uma *instituição policial* podem ser encontrados na segunda metade da transição do feudalismo para o capitalismo europeu, mais especificamente entre os séculos XVII e XIX, com o progressivo esfacelamento do modo de produção feudal e suas formas de regularização das relações sociais, que, paulatinamente, foi cedendo lugar ao modo de produzir capitalista e suas adequadas formas sociais em toda a Europa e nos EUA entre os séculos XIX e XX (NEOCLEOUS, 2010; HARRING, 2017).

Ela emerge do aperfeiçoamento e condicionamento sofrido pelo aparato repressivo existente, a partir do desenvolvimento histórico da luta de classes, entre uma diversidade de classe sociais que emergiram (burguesia, proletariado, burocracia empresarial, burocracia estatal, intelectualidade, lumpemproletariado etc.), bem como aquelas que se encontravam em vias de desaparecimento (nobreza) ou redução progressiva (campesinato) etc. pois, a consolidação e desenvolvimento do capitalismo é expressão do desdobra-

mento da luta de classes e da emergência de uma diversidade de formas sociais que lhes expressam. E, em síntese, determina a sucessão histórica dos regimes de acumulação¹.

Tal sucessão tem no *regime de acumulação extensivo*, seu primeiro regime de acumulação prontamente capitalista (capitalismo liberal), que, através das prolongadas jornadas de (exploração do) trabalho garantia a extração de mais-valor (absoluto), bem como se regularizava através do estado liberal e de suas formas sociais (estatais e privadas), do imperialismo etc. (VIANA, 2009). Dentre tais formas sociais se destaca, para os propósitos desse trabalho, a forma estatal repressiva e sua instituição policial.

A compreensão da sociedade capitalista exige a compreensão do modo de produzir mercadorias essencialmente capitalista. Esse tem no processo de produção e extração de mais-valor do trabalho da classe operária, sua particularidade histórica. Logo, só existe sociedade prontamente capitalista a partir do momento em que suas classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado) estão constituídas nas relações sociais tipicamente capitalistas. Devido ao antagonismo de classe que marca a relação social entre elas, desenvolve-se uma maior divisão social do trabalho, constituidora de diversas outras classes e frações de classes sociais, dos seus modos de vida, seus interesses (de classe) e suas lutas.

A acumulação de capital é a determinação fundamental do processo de *proletarização* (emprego da força de trabalho) e do processo de *lumpemproletarização* (força de trabalho marginalizada da divisão social do trabalho) nos sucessivos regimes de acumulação. O regime de acumulação extensivo consolida as principais classes inferiores² que se envolvem nesses processos: o proletariado (classe produtiva) e o lumpemproletariado (classe marginal). A compreensão do modo de vida, das relações sociais estabelecidas, dos interesses e das lutas sociais que envolvem essas duas classes sociais é de importância fundamental para a compreensão da instituição policial, responsável pela *fabricação da ordem social capitalista* (NEOCLEOUS, 2010; HARRING, 2017).

A pobreza é uma marca da sociedade produtora de riqueza (capital), pois, nessa existe uma *tendência geral da acumulação capitalista* de promover, por um lado, acumulação ampliada de capital, e, por outro, o crescimento ampliada da miséria do proletariado e a expansão do lumpemproletariado e suas diversas frações: desempregados, mendigos, prostitutas, ladrões, desabrigados, subempregados etc. (MARX, 1985a; BRAGA, 2013). Dito isso, as primeiras cidades capitalistas, mas também as contemporâneas,

1 Na teoria marxista os regimes de acumulação expressam determinada sucessão das formas de valorização do capital (taylorismo, fordismo, toyotismo e seus similares) e a, consequente sucessão de suas determinadas formas sociais de regularização das relações sociais, fundamentalmente a forma do estado capitalista (absolutista, liberal, liberal-democrático, integracionista, neoliberal) e as demais formas sociais que ele, enquanto órgão máximo da heterogestão social burguesa, determina, ou seja, sua forma política, cultural, ideológica, epistêmica, religiosa; suas formas de relacionamento internacionais – colonialismo, imperialismo, imperialismo oligopolista, oligopolista transnacional, hiperimperialismo etc. equivalentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo na história, que, para reproduzir seu conteúdo fundamental (o capital) precisa se reformular através de diversas formas (de valorização e regularização) sociais (VIANA, 2019).

2 Brevemente podemos dizer que as classes inferiores são aquelas caracterizadas por não dispor de poder, bem como dispor de baixa renda, sendo algumas exploradas (proletariado, serviço etc.) e outras vivendo submetidas à pobreza tal como o lumpemproletariado.

sempre foram habitadas por milhares, em alguns casos milhões de indivíduos pertencentes às essas classes sociais, buscando garantir, de alguma forma, suas **condições de existência** em meio a circunstâncias envilecedoras, pois tanto o proletariado quanto o lumpemproletariado viviam em condições sociais abomináveis.

E como a produção e regularização do capitalismo equivale a lidar com sucessivas crises de acumulação, nesses contextos era preciso lidar também com suas principais consequências sociais, a miséria alarmante dessas classes, acompanhada do acirramento da contestação social proletária (associações, motins, paralisação da produção, greves, protesto nas ruas, piquetes nas fábricas, ações violentas contra a propriedade) e de todo tipo de banditismo (roubos, assaltos, receptação, trapagens, jogos de azar, saques etc.) cometido, especialmente pelo lumpemproletariado, mas também pela juventude operária. Concretamente, a sociabilidade capitalista coage o proletariado a lutar e o lumpemproletariado a encontrar seu “ganha pão”, dentre outras formas, com ações à margem da divisão social do trabalho; “trabalhando”, assim como algumas classes auxiliares da burguesia (burocracia), à margem da lei, sobrevivendo do crime (mendicância, roubo etc.). Essa é a razão do lumpemproletariado ser comumente conhecido como uma **classe perigosa** (ENGELS, 2008; GUIMARÃES, 2008; BRAGA, 2013, 2020).

Diante dessa realidade encontramos uma burguesia cada vez mais coagida, amedrontada e desejosa por impor sua ordem social, buscando torna-la regular mediante o uso exponencial e sistemático do aparato repressivo, que começa a se especializar através da instituição policial e do uso de sua força. A sociabilidade adequada à produção e regularização dos desígnios da acumulação capitalista no século XIX, obrigam à formação e disciplinamento do proletariado e do lumpemproletariado como classe social em si; tais obrigações demandam a constituição da instituição policial. Nascia aí a questão da segurança pública e do discurso da garantia da ordem e segurança social; que na verdade, nada mais é que o discurso da necessidade da fabricação e manutenção da sociabilidade burguesa, ou seja, trata-se de uma questão classista (NEOCLEOUS, 2010; MONET, 2006).

Seguindo as análises de Neocleous (2010), depreende-se que a instituição policial emerge no capitalismo com o propósito especial de construir e regularizar a sociabilidade capitalista, o que significava impor às classes ameaçadoras dessa nova sociabilidade um conjunto de formas ordenadas de se procederem socialmente, bem como uma violenta repressão à desobediência civil a essas formas. Não à toa, tal instituição nasce concomitantemente ao nascimento das **novas leis dos pobres**, compondo a tarefa fundamental do estado capitalista moderno de “forjar o mercado e assim consolidar a fabricação de uma verdadeira ordem burguesa” (NEOCLEOUS, 2010).

O século XIX consolidou a sociedade capitalista que, fundamentalmente, passou pela constituição do proletariado e do lumpemproletariado, assim como de diversas outras classes sociais envolvidas na luta de classes que tal fabricação representou. Essas são as razões pelas quais o capitalismo necessitou, desde seus primórdios, da constituição do proletariado e do lumpemproletariado em si, quer dizer, das classes sociais que existem em função da produção e reprodução da sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo que precisou combater tais classes e as lutas pelos seus interesses.

Essa fabricação social necessitou da especialização do aparato repressivo, dando origem à polícia que cumpriu e cumpre um papel crucial no processo de fabricação e regularização da ordem social capitalista, através de duas modalidades repressivas cruciais: a repressão contrainsurgente e a repressão preventiva. Assim, esse estudo pretende compreender a correspondência entre a retomada da acumulação capitalista argentina e a recorrência ao aparato repressivo estatal e sua modalidade repressiva contrainsurgente, como forma de regularização da sociabilidade neoliberal que isso acabou por exigir.

A consolidação da instituição policial na Argentina, especialmente em Buenos Aires, está diretamente relacionada à emergência do proletariado urbano e do lumpemproletariado que, a partir da segunda metade do século XIX, passaram a ser percebidos pela classe dominante (burguesia) e suas classes auxiliares (burocracia, intelectualidade, serviçariado) como ameaças à reprodução da ordem social capitalista. O avanço das lutas operárias, com suas greves, associações e lutas por direitos, bem como a presença cada vez mais visível de algumas frações do lumpemproletariado — desempregados, andarilhos, ex-escravos etc. — impulsionaram o desenvolvimento das instituições jurídicas e repressivas do Estado burguês. A instituição policial, nesse contexto, não apenas reprimiu crimes, mas representou uma verdadeira *fábrica social*, fundamentada na vigilância, controle e disciplinamento das classes inferiores, institucionalizando modalidades repressivas correspondentes com os desígnios da sociedade burguesa. A criminalização da pobreza e da militância operária tornou-se, assim, um dos pilares da atuação policial na construção do Estado capitalista argentino (Zimmermann, 1995).

Curso Descendente da Acumulação e Regularização Social Argentina

As dificuldades da acumulação conjugada mundial no final da década de 1960 e durante a década de 1970, exigiu, como contratendência sistematizada ao curso descendente da acumulação capitalista mundial, a constituição de um novo regime de acumulação: o regime de acumulação integral. E, como toda contratendência ao curso descendente da acumulação capitalista, esse regime de acumulação precisou intensificar a exploração do proletariado e, por conseguinte, de outras classes inferiores mundialmente, o que exigiu uma multiplicidade de alterações nas formas de valorização e regularização que lhes convergem. Foi para garantir toda essa reestruturação capitalista mundial que a forma estatal neoliberal assumiu a vanguarda de todo esse processo, juntamente com sua forma imperialista correlata (neoimperialismo) e seu papel na universalização desse novo regime de acumulação e sua busca por garantir a reprodução capitalista ampliada mundial (VIANA, 2009).

A regularização neoliberal argentina se fundamentou em um profundo processo de disciplinamento social imposto pela intensificação da competição capitalista mundial, na qual se inseria de forma ainda mais subordinada aos ditames neoimperialistas, e, por conseguinte, desvantajosa, visto que arreganhava seu mercado interno e fixava o câmbio através da conversibilidade monetária, promovendo melhores condições para uma maior extração de mais-valor no país. Essa arremetida garantiu um conjunto de melhores condições para aumentar a exploração da força de trabalho (extração de mais-valor absoluto e

relativo em escala mundial) exigida pelo regime de acumulação contemporâneo, através de um ataque generalizado e discricionário contra as condições de trabalho (reestruturação da produtividade), regularizando o trabalho precário e intenso, acentuando o processo de lumpemproletarização social (crescimento de 200% da gente desempregada no país e 277% somente na região metropolitana de Buenos Aires após a conversibilidade) e, por conseguinte, alavancando a acumulação integral, mas também o modo de vida dessa classe marginal, regularizando as políticas sociais fracionárias de gasto mínimo e suas diversas mazelas, adotando políticas de ajustes fiscais (maior apropriação da renda estatal pela burguesia e suas classes auxiliares) criando novos espaços de (super) valorização capitalista através de um processo irrestrito de privatização das empresas estatais, manutenção de subsídios estatais às empresas privatizadas, liberdade quase irrestrita para aumentar as tarifas dos serviços prestados etc. (SALVIA, 2009).

Entretanto, a partir de 1998, como consequência da deterioração da capacidade de competir no mercado internacional (13,2%), agravado com a apreciação do peso, derivada da desvalorização da moeda brasileira (o *efeito samba* gerou uma desvalorização de 29% do real em uma semana) e a queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas, passava a predominar uma tendência declinante da taxa de lucro, ou seja, um curso descendente da acumulação capitalista, que impactava de maneira distintas as diversas frações burguesas (bancária, industrial, comercial, agrária, mineradora etc.).

Não por acaso, a fração industrial, em articulação a fração agrária, assumiu a liderança nas disputas intraburguesas (Grupo Produtivo), reivindicando uma reorientação das políticas estatais que favorecesse seus interesses. Essa reorientação se materializaria na ampliação dos subsídios públicos como forma de compensar o agravamento da defasagem de produtividade frente ao mercado internacional. Em contrapartida, as frações bancárias e infraestruturais defendiam a contenção dos gastos estatais por meio da redução do número de servidores, do controle do déficit fiscal e do equilíbrio orçamentário. Tal estratégia visava priorizar a alocação dos recursos públicos na garantia de crédito internacional e, por extensão, no fomento ao capital privado (SALVIA, 2009).

A partir do ano 2000, diversas formas de regularização social foram implementadas como medidas contratendentes frente ao aprofundamento da crise de acumulação capitalista na Argentina. No entanto, em 2001, os mecanismos até então mobilizados para viabilizar a retomada da acumulação — como a blindagem financeira, os planos de competitividade, a Lei de Déficit Zero e o megacâmbio — também entraram em colapso, revelando sua incapacidade de seguir operando como instrumentos eficazes de regularização da dinâmica capitalista nacional.

Diante de um cenário social profundamente deteriorado pelos efeitos da acumulação integral e da incapacidade do capital de retomar seu curso ascendente, irrompe uma onda de contestação social marcada por elevada diversidade de formas e intensidade política. Essa contestação social, que assumiu expressões como greves, paralisações, ocupações de fábricas, auto-organização em bairros populares, assembleias, ações diretas e bloqueios de vias, não apenas desafiou frontalmente os fundamentos da regularização neoliberal, como também enfrentou de maneira contundente os aparatos repressivos estatais.

A força da contestação social esteve ancorada tanto na precarização das condições de vida do proletariado quanto nos processos de lumpemproletarização (marginalização social) intensificados pelo avanço do neoliberalismo argentino. Amplos segmentos das classes inferiores, atingidos pela desestruturação do trabalho formal e pela generalização do modo de vida precário, foram protagonistas de um ciclo de lutas que, apesar da intensidade da ofensiva neoliberal, constituiu um obstáculo significativo à continuidade e à normalização da acumulação integral no país (COTARELO, 2016).

Nesse contexto, a luta de classes adquire uma nova configuração, marcada pelo deslocamento da centralidade da ação operária tradicional — muitas vezes mediada e contida pela burocracia sindical — para formas de mobilização protagonizadas por frações lumpemproletárias, em aliança com outras classes e frações de classes ameaçadas pela precarização generalizada do modo de vida (BRAGA, 2020). Essa nova dinâmica conferiu à luta de classes uma radicalidade renovada, com destaque para o movimento piqueteiro, suas formas organizativas e táticas de resistência: assembleias horizontais, práticas autogestionárias, ocupações e incêndios de prédios públicos, marchas massivas, bloqueios de vias e enfrentamentos diretos com os aparatos repressivos do Estado etc.

A ampliação da fissura no muro do consentimento social, evidenciada pela intensificação e radicalização das lutas sociais, impeliu o bloco dominante — composto por frações da burguesia, burocracias estatais e intelectuais orgânicos — a reagir por meio de dois vetores complementares: de um lado, o endurecimento da repressão estatal; de outro, a reconfiguração ideológica do consenso, sustentada pela construção de inimigos internos e pela sistemática criminalização das lutas sociais. O padrão assumido pela repressão das mobilizações revela de forma explícita o papel estrutural desempenhado pelos aparatos repressivos no processo de regularização das relações sociais — sobretudo sob a égide do capitalismo neoliberal, cuja racionalidade impõe uma intensificação das funções coercitivas do Estado como mecanismo de sustentação da ordem social vigente.

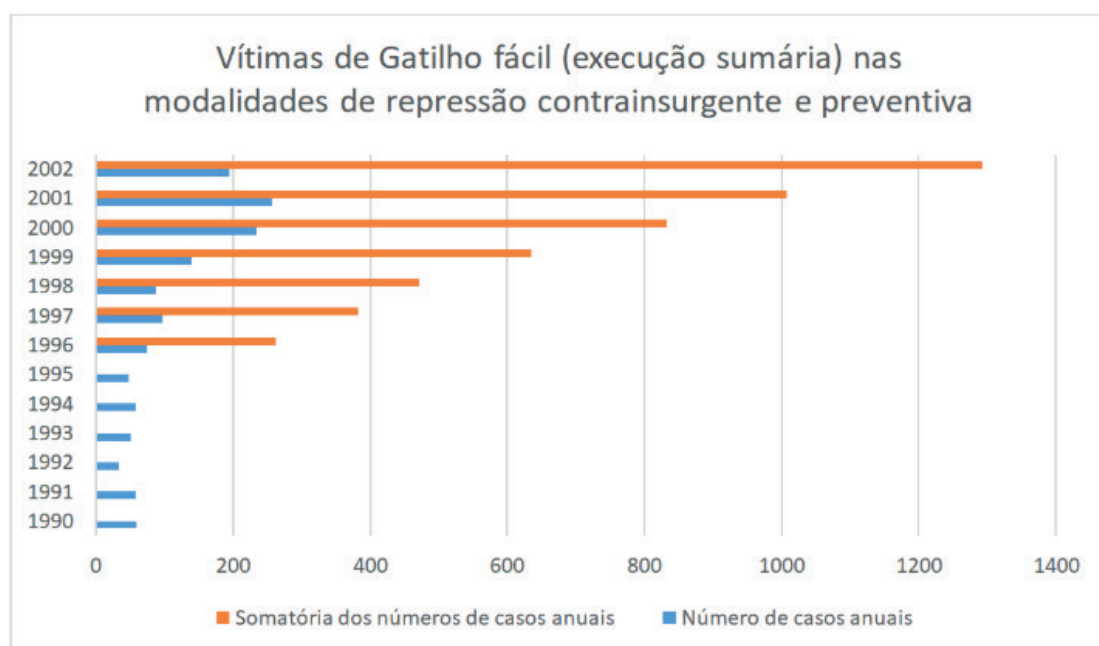
No capitalismo neoliberal argentino, assim como em outros lugares e épocas do capitalismo mundial, a repressão estatal é realizada através de duas modalidades primordiais: a repressão contrainsurgente e a repressão preventiva. Como vimos, o aparato repressivo estatal, composto por suas forças policiais, exerceu um papel crucial na constituição da sociabilidade capitalista (sec. XIX). Na contemporaneidade sua crucialidade se mantém com a tarefa de tornar regular o regime de acumulação integral, o que significa, dentre outras coisas, garantir a sociabilidade adequada para esse, pois toda e qualquer organização de classe e grupos sociais que representem, através de suas lutas, um obstáculo a tal sociabilidade, através de bloqueio de vias, ocupação de fábricas, marchas massivas constantes etc. devem ser violentamente reprimidas.

Trata-se da *repressão contrainsurgente* que, no capitalismo neoliberal argentino, é permanentemente acionada e caracterizada pela execução sumária de centenas de manifestantes ou feridos por disparos, pela prisão sem delitos e direitos, pela tortura nas delegacias, por simulacros de fuzilamento, pelo desaparecimento de manifestantes (assassinato policial com sumiço do corpo), pela criminalização e judicialização da contestação social etc. (SVAMPA, 2010; BRAGA, 2020).

Outra modalidade recorrentemente acionada na Argentina e em toda América Latina é a clássica **repressão preventiva**. Essa é aplicada de forma massiva, cotidiana, naturalizada e “silenciosa” na periferia das cidades, especialmente, contra milhares de jovens proletários e lumpemproletários nos bairros pobres (gatilho fácil), cuja tendência no capitalismo neoliberal argentino é crescer exponencialmente, representando uma verdadeira escalada repressiva preventiva. Tal escalada é marcada, inclusive, por diversos massacres históricos, tais como o **Massacre de Budge/1987**, **Massacre de Wilde/1994**, **Massacre de Floresta/2001** e pela execução policial de milhares de jovens pobres individualmente, bem como pela tortura seguida de morte (o caso Walter Bulacio é exemplar) etc.

A repressão estatal preventiva tem como finalidade garantir o disciplinamento e controle social de vastos setores das classes inferiores, vítimas maiores da imposição neoliberal de um modo de vida precarizado e marginal que, como bem sabemos, coage tais classes a sobreviverem também do delito, muitas vezes praticado ao mando de policiais criminosos e, por conseguinte, sofrerem todo tipo de violência estatal (prisões arbitrárias, torturas, fuzilamento, desaparecimento dos corpos etc.). Tentaremos demonstrar que, independentemente de governos, bandeiras, brasões e cores, a política neoliberal do gatilho fácil é uma política de estado, governe quem governe.

Imagem 01 – Gráfico ilustrativo da escalada repressiva neoliberal na Argentina (1990-2002)



Fonte: Elaboração própria com base no *Antirrepressivo 2020*- Relatório da Situação Repressiva Nacional, da Coordenadoria Contra la Represión Policial e Institucional/CORREPI, Argentina. *A compilação da somatória anual de casos só começa a ser contabilizada a partir do ano de 1996.

A problemática peculiar desse estudo consiste, portanto, em buscar respostas para a seguinte indagação central: de onde vem a escalada repressiva contrainsurgente no

capitalismo neoliberal argentino, especificamente entre os anos de 2003 a 2013, sob a gestão dos governos kirchneristas?

A Repressão Contra Insurgente (2003-2013)

O regime de acumulação integral emerge na Argentina no ano de 1989 e percorre seu ciclo de constituição e consolidação ao longo da década de 1990, vindo a sofrer sua primeira grande crise de acumulação e regularização entre os anos de 2000-2002, dando início ao seu ciclo de desestabilização, especialmente entre os anos de 2001-2002, período em que esse demonstrou dificuldades robustas em estabilizar a luta de classes.

Portanto, é a partir de 2003, que as contratendências necessárias para a retomada da acumulação capitalista no país, logo após um período de crise e radicalização da luta de classes, especialmente aquela conduzida pelo lumpemproletariado contestador (movimento piqueteiro), serão melhor sistematizadas. Em um contexto de plena crise de acumulação e regularização social capitalista, o kirchnerismo teve como tarefa fundamental remover os obstáculos que obstruíam a retomada da acumulação capitalista subordinada, através de outras formas de regularização, visto que as que até então predominavam sob a direção da conversibilidade monetária haviam entrado em crise.

Nesse sentido, tais formas ainda devem ser consideradas neoliberais, visto que a desestabilização da acumulação integral não gerou uma sucessão do regime de acumulação (integral) que exigisse outra forma estatal, mas tão somente alterações nas políticas estatais a serem adotadas em contexto de desestabilização da acumulação integral; nem sequer as regularizações sociais neoliberais, implementadas na década de 1990, foram alteradas ou abandonadas, o que demonstra que o kirchnerismo buscava reproduzir a acumulação capitalista argentina assentado nas mesmas *formas de valorização e regularização* estruturadas pelo neoliberalismo (PIVA, 2019), uma vez que

as privatizações não foram anuladas, com exceções quando as empresas abandonaram os serviços prestados, como em *Águas Argentinas*. As leis de flexibilização trabalhistas não foram derrubadas, mantendo-se a precarização na contratação laboral e as menores limitações ao consumo produtivo da força de trabalho. Tampouco se incrementaram as tarifas à importação para reverter a abertura comercial, nem se recriaram os organismos estatais que regulavam a atividade privada. Assim mesmo, não se recuperaram os impostos ao capital que haviam sido reduzidos- como a redução das contribuições patronais de 1994 (SALVIA, 2019, p. 60-61).

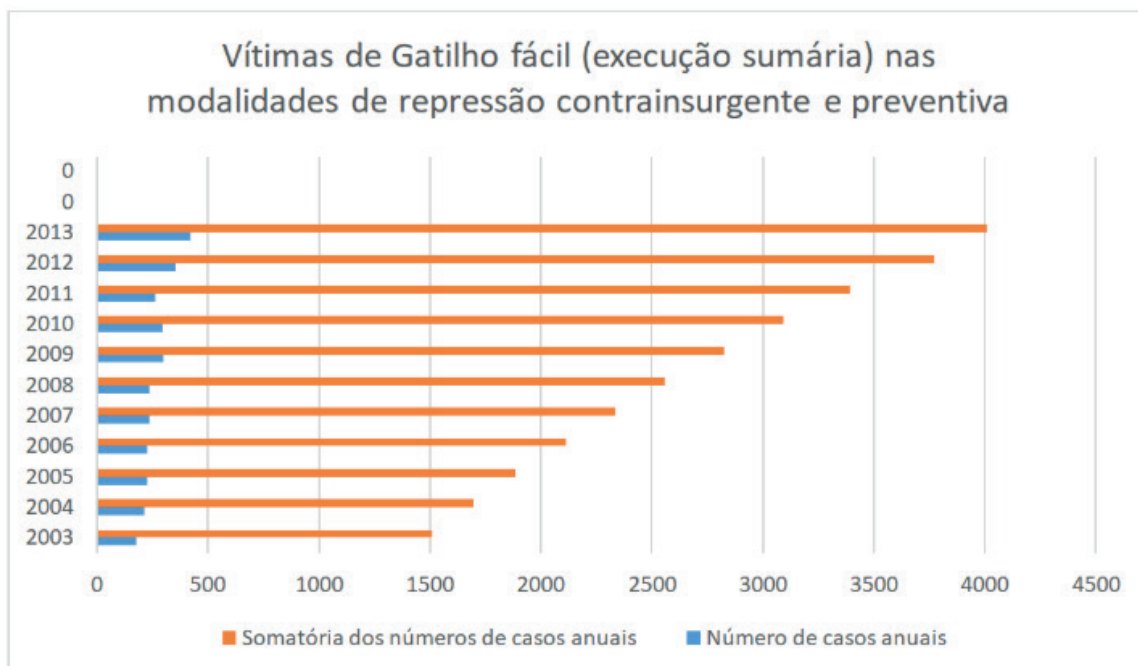
Em síntese, durante uma década de governos kirchneristas, buscou-se tornar regular a acumulação integral no país através de uma série de medidas regularizadoras, marcadas por algumas rupturas pontuais, mas também por diversas continuidades em relação ao processo de reestruturação produtiva, consolidado através de uma diversidade de formas de valorização e regularização neoliberal desde 1989 (PIVA, 2019; SALVIA, 2019; GRIGERA e ESKENAZI, 2013; MARTICORENA, 2013). Outra constatação óbvia da continui-

dade do avanço neoliberal durante o kirchnerismo se revela no apoio que esse outorgou e obteve de diversos governos neoliberais nas províncias que, não poucas vezes recorreu ao caudilhismo e à repressão estatal e paraestatal violenta, como força política para impor o disciplinamento social necessário (ROJAS, 2013).

Portanto, apesar de algumas melhorias pontuais e conjunturais, típicas do neopopulismo neoliberal (progressismo) latino-americano, pouco foi feito para alterar substancialmente o modo de vida do proletariado, da classe serviçal, do lumpemproletariado, o seu volume populacional etc. Por conseguinte, a sociedade argentina seguiu experimentando uma diversidade de ações, típicas do modo de viver dessas classes em períodos de desestabilização da acumulação capitalista que, se não for disciplinada dentro da melhor sociabilidade burguesa possível, oferece maior obstáculo ao processo de regularização social, isto é, contraria a determinação fundamental capitalista: o processo de acumulação.

Acreditamos que a razão da continuidade da escalada repressiva contrainsurgente (e preventiva), ao longo de uma década de governos kirchneristas, se explica em razão disso, por outra, a manutenção da sociabilidade precária e marginalizada experimentada cotidianamente por essas classes inferiores, faz com que tais classes sigam se organizando para contestar o estado neoliberal e suas formas de regularização social vigentes, bem como buscando sobreviver através do subemprego, mas também de uma série de delitos - juventude proletária e o lumpemproletariado-, envolvendo-se com o crime organizado, em parceria com os aparatos repressivos (também criminosos), compondo milícias organizadas (patotas, “torcidas” organizadas) para promover a repressão paraestatal etc. (VERDÚ, 2009, CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013; BRAGA, 2016; HARARI, 2019).

Imagem 02 – Gráfico ilustrativo da escalada repressiva neoliberal na Argentina (2003-2013)



Fonte: Elaboração própria com base no *Antirrepressivo 2020*- Relatório da Situação Repressiva Nacional, da Coordenadoria Contra la Represión Policial e Institucional/CORREPI, Argentina.

O acionar estatal do aparato repressivo contra a contestação social (piquetes e bloqueio de vias, greves, marchas, ocupação de fábricas etc.) na Argentina neoliberal é diverso, indo desde o uso intensivo de armamento anti-distúrbios (jato de água, gás lacrimogêneo, balas de borracha, bombas de efeito moral, cães adestrados etc.), passando pelo fuzilamento de manifestantes em protestos, prisões arbitrárias, simulacros de fuzilamento em delegacias, perseguição e terror, desaparecimento de pessoas (execução estatal) após atos repressivos, torturas, judicialização e criminalização da contestação social. Ao longo da década de 1990, foram inúmeras as incidências desse acionar, bem como suas vítimas fatais e judiciais.

O kirchnerismo chega ao poder em um contexto logo após o ápice da radicalização do protesto social contra o neoliberalismo, por conseguinte, do aprofundamento da crise capitalista e de uma maior sistematização da repressão contrainsurgente bárbara³, demonstrada no *Massacre de Dezembro de 2001* (mais de 40 pessoas fuziladas pelo aparato repressivo em todo o país) e no *Massacre de Avellaneda* (diversos fuzila-

3 A sociabilidade de diversas classes inferiores no capitalismo neoliberal vive, antecipadamente, à sombra da barbárie estatal, tal como a entendemos, isto é, como a possibilidade já vista nas tendências neoliberais, caso a sociedade capitalista persista após o regime de acumulação integral, algo pouco provável, de um novo regime de acumulação, marcado pelo totalitarismo como forma estatal e pela barbárie como marca fundamental do acionar repressivo contra essas classes sociais. A repressão estatal contra essas classes na contemporaneidade é demonstrativa da existência de tal barbárie: tortura (muitas vezes seguida de morte), fuzilamento, simulacro de fuzilamento, abusos sexuais etc. (BRAGA, 2020).

mentos, sendo dois letais, dezenas de pessoas feridas com estilhaços de chumbo em regiões fatais, espancamentos, torturas, prisões arbitrárias, simulacros de fuzilamento etc.) em junho de 2002.

Nesse contexto, o kirchnerismo assume a presidência com um discurso dissimulado de não repressão e criminalização do protesto social, simulando ser um “governo dos direitos humanos” (*Clarín*, 03/06/2003). Por detrás dessa dissimulação/simulação existia um projeto político (de dominação) bem definido: exaltar a (pseudo) condenação dos militares pelo terrorismo de estado (1973-1986), com muito simbolismo populista, cooptar os movimentos de contestação mais moderados⁴, criminalizar e reprimir os mais aguerridos, porém abafando, silenciando ou quando muito legitimando a violência como excecionalidades ou, até mesmo, terceirizando a repressão (paraestatal) com milícias armadas e zonas liberadas pela própria polícia (VERDÚ, 2009; HARARI, 2019).

Um dos primeiros estudos sistematizados sobre a escalada repressiva na Argentina contemporânea, especialmente a repressão preventiva, é fornecido pela obra *Represión en democracia – de la “primavera alfonsinista” al “gobierno de los derechos humanos”* (2009), de María del Carmen Verdú. Tal estudo é revelador da dinâmica repressiva estatal na Argentina neoliberal, inclusive durante a década kirchnerista.

O discurso simulador/dissimulador do kirchnerismo se explica, essencialmente, pela urgente necessidade de reconstrução do consentimento social, em um contexto de profunda crise de legitimidade de todo o *establishment* político-partidário argentino (*Que se vayan todos!*), assim como por sua escassa força político-eleitoral nas eleições de 2003. Contudo, não tardou para o kirchnerismo demonstrar que seguiria sustentando uma política estatal hiperrepressiva, tal como vinha exigindo a regularização neoliberal mundial e argentina.

Prova da continuidade dessa política foi ofertada pela recusa do projeto de lei, sugerido pela CORREPI (Coordinadora Contra la Represión Policial e Institucional), de anistia de todos os contestadores sociais em uma mobilização na Praça de Mayo, juntos com dezenas de outras organizações de direitos humanos e antirrepressiva, porém

ao mesmo tempo que o secretário de Direitos Humanos, Eduardo Luis Duhalde, prometia a criação de uma comissão de “notáveis” para estudar o tema, a polícia detinha um grupo de manifestantes que se desconcentrava da praça. Mesmo o projeto sendo recusado várias vezes por diversos legisladores, tal como era de se prever, o governo nunca os levou adiante. Pelo contrário, bloqueou seu tratamento, demonstrando assim que seu discurso de “não repressão” era só isso: discurso de oportunidade, enquanto reu-

4 Muitos desses, durante a década de 1990, conformaram o bloco progressista argentino, contestando moderadamente as políticas neoliberais. Cooptados, passaram à defesa de um “projeto nacional e popular” encabeçado pelo discurso kirchnerista, abandonando o movimento de contestação social, ao tornar-se correia de transmissão política do kirchnerismo.

nia consenso suficiente para aplicar todo seu rigor enquanto estivesse em condições de fazê-lo (VERDÚ, 2009, p. 190).

Ao longo do seu primeiro ano de governo o discurso oficial mudaria o tom, passando a demonstrar um recrudescimento, através das mesmas figuras históricas adeptas da política do gatilho fácil na repressão contrainsurgente, tal como o ministro do interior Aníbal Fernandez⁵, ao ameaçar novamente os piqueteiros: “Não vamos reprimi-los, mas devem desaparecer” (*Página 12*, 27/11/2003). À essa altura, a escalada repressiva durante o kirchnerismo já começava a acumular vítimas por todo o país, apesar do silenciamento promovido pelo capital comunicacional sobre a mesma.

Não é pretensão desse trabalho apresentar quantitativamente os episódios⁶ de repressão estatal ocorrido entre 2003 e 2013 na Argentina, que ultrapassaram a casa dos milhares, mas tão somente apresentar alguns casos específicos que nos permita compreender, ainda que sinteticamente, a dinâmica da repressão estatal no capitalismo neoliberal argentino durante uma década de kirchnerismo.

Passados 04 meses de gestão kirchnerista, tanto a forma como o conteúdo da repressão contrainsurgente mantinham-se intactas, sem nenhuma alteração concreta, apesar de toda a simulação/dissimulação discursiva. Em setembro de 2003 uma comunidade indígena *Ava Guaraní*, composta por 150 famílias, foi expulsa de suas terras ancestrais (*La Loma*), a pedido da empresa estadunidense *Tabacal Seabord Corporation* que reivindicava a posse das terras. Tal episódio foi marcado pela arbitrariedade de uma desocupação sem ordem judicial, pela brutalidade policial (porradas e cacetadas), prisão arbitrária de 24 pessoas, dentre elas idosos, crianças e mulheres grávidas, e por um simulacro de fuzilamento na delegacia de Hipólito Irigoyen.

No dia 23 do mesmo mês 500 piqueteiros (desempregados) foram reprimidos durante uma manifestação pelo não cumprimento de acordos por trabalho no metrô de Buenos Aires. Não faltou bastão anti-distúrbios para ninguém: mulheres, passageiros, trabalhadores etc.; 10 pessoas foram presas e processadas por anos.

No dia 09/10/2003, na província de Jujuy, ocorreu um dos primeiros episódios mais significativos até então, e por isso mais ocultado, da repressão contrainsurgente. Uma manifestação massiva (5 mil pessoas, incluindo diversos movimentos sociais) nas portas da 39ª delegacia de Libertador Gal. San Martín, exigindo esclarecimentos sobre a morte por tortura de um jovem militante de 20 anos (Cristián Ibáñez), foi violentamente reprimida, deixando o saldo de uma vítima fatal (Marcelo Cuéllar) por 03 disparos de rifle 22 no abdômen (gatilho fácil), 45 pessoas feridas e 25 presas. Segundo Verdú, “foi tão efetivo o operativo de silenciamento em torno desse primeiro assassinato em uma manifestação

5 Um dos mentores intelectuais responsáveis direto pelo Massacre de Avellaneda (26/06/2002) e primeiro porta-voz da versão oficial falida de que, na ocasião do Massacre, o que havia ocorrido foi que “os piqueteiros se mataram entre eles” (Clarín, 27/06/2002).

6 Uma ideia mais exata, por exemplo, do real número de vítimas fatais do aparato repressivo estatal argentino durante uma década de kirchnerismo e da dinâmica da repressão estatal nesse período Cf. (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013).

durante o governo de Néstor Kirchner, que o nome Cuéllar, salvo algumas exceções pontuais, não seria mencionado nunca mais” (2009, p. 191).

Diversos outros episódios repressivos ocorreram no primeiro ano de governo kirchnerista, tais como as agressões, perseguições e ameaças a vários jornalistas, militantes, advogados dos direitos humanos e professores; tanto da parte dos aparatos repressivos estatais, quanto da parte de milícias partidárias paraestatais (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013; HARARI, 2019).

O *cavalo de batalha* da estratégia kirchnerista consistiria logo cedo em, supostamente, diferenciar protesto social de delito político, isto é, estavam abertas as portas institucionais para o processo de criminalização do protesto como forma fundamental de legitimar a repressão estatal que deslançaria, especialmente aquela direcionada contra os movimentos piqueteiros: “com o Código Penal nas mãos temos que fazer sentir a autoridade aos que estão se equivocando” (Aníbal Fernandez, ministro do interior. Página 12, 26/10/2003 – *Uma política para os piqueteiros*).

Através de uma ampla campanha comunicacional ideológica, e em resposta à pressão de diversos grupos e classes sociais por mais repressão, o kirchnerismo fortaleceu uma corrente de opinião que, desde a primeira manifestação do movimento piqueteiro em 1996 na longínqua província de Neuquén, relacionava os bloqueios de vias como ato antidemocrático e ilegal, apesar do reconhecimento simulado da legitimidade de suas contestações sociais. Em seguida, a repressão contrainsurgente e a criminalização do protesto social se intensificaria na Argentina.

No dia 25 de novembro/2003 em Neuquén, um protesto de desempregados contra a alteração no sistema de concessão de planos sociais e seu pagamento apenas com cartão de débito foi reprimido:

a polícia atacou com cassetetes e gás lacrimogêneo. Logo começou a disparar com armas de fogo, apontadas contra manifestantes populares. Pedro Alveal, jovem do Movimento de Trabalhadores Desempregados/MTD de 20 anos de idade que trabalhava fazia um ano na Cerâmica Zanon, recebeu 64 impactos de bala de borracha e perdeu o olho esquerdo (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013, p. 34).

No ano de 2004, entre os dias 05 de abril e 05 de dezembro, estima-se que ocorreram mais de 20 episódios de repressão estatal, alguns com participação de segurança privada, tal como o ocorrido no dia 28 de novembro na cidade de Buenos Aires, onde trabalhadores precários da União Ferroviária entraram em greve e foram reprimidos pela polícia bonaerense e pela segurança privada que prendeu 12 trabalhadores.

Herdeiros de uma dura ofensiva neoliberal privatizante dos serviços de transporte coletivo que, desde a década de 1990, não faz outra coisa que não oferecer serviço precário, apesar de subsidiado pelo estado (lucros extraordinários), e condições diárias cada vez mais insuportáveis para seus usuários, principalmente gente do proletariado, da

classe serviçal e do lumpemproletariado, se mostram cada vez mais descontentes com a vida cotidiana que não tem como evitar tais serviços. Tal descontentamento, não poucas vezes, se demonstra em uma reação à altura da precariedade dos serviços e suas implicações ameaçadoras diárias, tal como ameaça à demissão por atrasos, perda de prêmios por não faltar ao trabalho (quase equivalente ao valor do próprio salário), prejuízos estudantis etc. (GAMALLO y TAFURO, 2008).

Foi o que ocorreu no dia 01/11/2005, na Estação de Haedo, região metropolitana de Buenos Aires, quando às 08:30 horas da manhã um trem da linha Sarmiento, que liga o oeste do conurbano bonaerense até a capital federal foi, como tantas outras vezes, paralisado por falhas técnicas e manutenções precárias, despertando a fúria de milhares de usuários duplamente prejudicados naquela manhã. Assim que o trem chega à estação de Haedo, atrasado mais de uma hora, já com um princípio de incêndio nos motores sobrecarregados, os usuários são obrigados a trocarem de trem, mas o próximo chega à estação abarrotado de gente e se depara com mais de 2 mil pessoas ansiosas por embarcarem.

Em reação a esse descaso constante iniciaram uma manifestação espontânea, marcada pela ação direta, no interior da Estação de Haedo. Começaram com insultos aos funcionários da empresa ferroviária, passando para pedradas nas janelas dos trens, até chegar ao incêndio de outros vagões e um bloqueio das vias. Bombeiros privados e uma dupla de policial se aproximaram para conter o fogo e a rebeldia popular, mas a presença policial acabou por detonar de vez a rebeldia da multidão que incendiou vários vagões, bilheterias, boa parte da estação e a patrulha policial por completo, além da promoção de diversos saques e roubos nas lojas da estação (GAMALLO y TAFURO, 2008).

A organização do aparato repressivo para frear essa rebelião generalizada possuía uma singularidade nesse dia, coincidente com o dia da reunião da IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, onde concentrava o grosso da infantaria antirrepressiva, ou seja, dispunha apenas de 100 efetivos. Esses, devido à sua inferioridade numérica visível, se organizaram com objetivo, tão somente, de impedir que o motim se espalhasse para outras regiões da cidade. Em síntese, tal episódio repressivo foi marcado pela espera do rebaixamento dos ânimos e ações dos manifestantes, acompanhada de um aprisionamento arbitrário e indiscriminado de centenas de pessoas, algumas horas depois, nas mediações da estação.

Dos 113 detidos pela polícia, dentre os quais 08 eram menores de idade, 36 foram libertos no mesmo dia, às 22:00 horas, dos 77 restantes, 70 foram liberados após 10 dias. Os 07 restantes ficaram presos por 192 dias, quando no dia 12/05/2006, seis foram libertos, um deles menor de idade, restando apenas 01 detido (Roberto Canteros) por suposto porte de arma militar.

A verdade é que, em momento algum, pôde-se provar que essas pessoas tiveram concretamente envolvimento com o motim e que a maioria das testemunhas que os acusavam eram policiais. Contudo, apesar de libertos, foram processados pelos crimes de destruição de bens públicos e privados, resistência à autoridade, incêndio agravado de riscos para o bem comum e a vida da pessoa e por planejar conjuntamente o incêndio dos vagões e da estação. Por outro lado, os 07 que passaram centenas de dias aprisionados

entraram com ação contra o Estado, por terem sofrido com sessões de tortura e espancamento enquanto estiveram detidos.

Outro episódio, expressivo da dinâmica repressiva contrainsurgente, é fornecido pela repressão aos petroleiros de Las Heras, província de Santa Cruz, em fevereiro de 2006. Tal província tem na extração de petróleo e gás a principal e fundamental atividade econômica que, até 2005 era responsável por concentrar 50% da atividade econômica local.

Em 1992, com a privatização da YPF promovida por Menem, com apoio incondicional do governador Néstor Kirchner, a província passou a fornecer $\frac{1}{4}$ da produção de petróleo da empresa que, em 2010 produzia próximo de 21 milhões de barris. Contudo, a singularidade de suas jazidas exige grandes investimentos e, por conseguinte, um estado máximo para o capital minerador e petroleiro, especialmente para aquela “burguesia amiga”. O eufemismo expresso pelo jargão neoliberal universal da necessidade de gerar um *ambiente favorável aos negócios* se revelou, inclusive durante os governos kirchneristas, como a forma política capaz de tornar regular os interesses da burguesia e suas frações de classe (industrial, infraestrutural, mineradora), bem como os interesses da “burocracia amiga” (estatal, partidária, sindical, universitária) etc., através de um colossal saque, transferência e apropriação da renda estatal, isenção de responsabilidades sociais e ambientais, o não questionamento da transgressão do acordado e de toda sorte de corrupção (ROJAS, 2013). Desde sempre, essa é a *raison d’être* da forma estatal neoliberal.

Os governos kirchneristas deram continuidade a uma série de regularizações menemistas dos anos 90, bem como tornou regular novas demandas da burguesia mineradora, dentre elas a busca por resolução dos conflitos sociais que a mineração provocava, tal como o conflito com os petroleiros de Las Heras e tantos outros desde Esquel em 2002.

A decisão dos petroleiros terceirizados (superexplorados) de Las Heras em realizar a primeira paralização das atividades, com bloqueio de vias, ocorreu em 26 de dezembro de 2005. Esses eram operários da empresa terceirizada Indus, uma contratada da Repsol (YPF privatizada), sob convênio da UOCRA⁷, que reivindicavam o pagamento de sua gratificação salarial, sacada pelo estado como imposto de renda. Tanto a empresa quanto a burocracia sindical não consideraram a manifestação que, por isso, seguiu de forma espontânea e autônoma, envolvendo diversos petroleiros de outras empresas. O envolvimento na luta permitiu muitas descobertas sobre a relação mafiosa entre sindicatos e empresas, um sentimento de solidariedade e coesão entre centenas de operários fortaleceu o propósito da luta e seu afastamento das tratativas burocráticas. Nesse sentido, elegeram coletivamente Mario Navarro como porta-voz dos petroleiros em luta.

Passados 23 dias de paralização e bloqueios de vias (piquetes), a repressão estatal começava a se desenhar, pois

em fevereiro de 2006 já havia chegado o GEOP (Grupo Especial de Operações Policiais), que ocuparam massivamente Las Heras. Não podíamos sair na rua a noite. Invadiam boates, pediam docu-

7 União Operária da Construção da República Argentina, uma instituição burocrático-sindical.

mentos por todos os lados. Estava militarizado. Os mesmos companheiros que estavam mobilizados nos piquetes tinham muito medo, porque ao sair te faziam cagar de medo. Se saía de noite e tinha cabelo longo, te raspavam a cabeça. Aterrorizavam a população, o medo era terrível porque andavam de camionetes sem placas, desciam e eram como *robocops*, davam muitíssimo medo. Já imaginávamos que iam deter os “cabeças”, os delegados da paralização. Havia rumores por todos os lados, pela rádio, do que ia ocorrer. Já sabíamos (Adrián Saucedo, delegado terceirizado em Indus apud ROJAS, 2013, p. 208).

Com as instituições locais (prefeitura, paróquia etc.) o diálogo não avançava, pois exigiam como pré-condição o fim da mobilização e as tratativas burocráticas, o que não estava nos planos dos petroleiros. No dia 06 de fevereiro, Mario Navarro foi preso ao dar uma entrevista na *Rádio Soberania* (FM 104.1). A arbitrariedade e ilegalidade da prisão veio acompanhada de outra medida autoritária, sua incomunicabilidade por 48 horas. Diante dessa postura, formou-se um grupo de 100 petroleiros na porta da delegacia exigindo aos gritos: libertem Navarro! A partir desse ensejo, o operativo repressivo entraria em ação.

Com uma fila de dezenas de policiais começaram a exigir, sem sucesso, a retirada dos manifestantes, depois deram dois escopetados para o alto, ainda insuficientes para dispersar os petroleiros e, em seguida, diversos tiros para o chão e balas de borracha contra os manifestantes que, indignados revidaram com pedras. Por todos os lados apareceram mais policiais, alguns com camionetes patrulhas que perseguiram, aos tiros e lançamento de gás lacrimogêneo, os petroleiros que dispersavam.

A notícia da repressão promoveu uma enorme concentração de manifestantes, 800 petroleiros e milhares de vizinhos se dirigiam até a delegacia em meio a uma densa nuvem de lacrimogêneo. O próximo passo da repressão estatal foi terrorista e decisivo para o desfecho do operativo. A suspensão proposital da energia/luz local gerou um cenário de muito temor e caos, após o silêncio gerado pelo cessar temporário dos disparos policiais, seguido pelo retorno dos escopetados no meio da escuridão

foi uma eternidade. Pensávamos que atiravam com armas de fogo, escutávamos o ruído dos tiros e o som do assobio das balas, que nos roçavam os rostos, tudo sem parar, no meio da escuridão e quando escapávamos era possível ver gente estirada no chão, sem saber se estavam feridas ou não. Tudo em meio ao caos, até que de repente se começou a escutar o grito de que alguém foi atingido. “Caiu um”, diziam. Havia um policial caído no chão, e outros o levavam para dentro da delegacia, de onde saiu uma ambulância. Nós não sabíamos o que exatamente acontecia (Adrián Saucedo, delegado terceirizado em Indus apud ROJAS, 2013, p. 211).

Juntamente com um policial (Jorge Sayago) fuzilado, que depois se confirmou que o tiro ocorreu após sua morte por uma porretada na cabeça, um operário (Alejandro Pais-

man), cunhado de um sindicalista kirchnerista, foi encontrado morto. Ao que tudo indica, Paisman teve uma morte súbita durante o episódio repressivo derivada de uma doença pré-existente. Contudo, pesaram sobre os operários, que por diversas vezes foram chamados de vândalos e assassinos pela presidenta Cristina Kirchner, a responsabilidade sobre a morte do policial, pois

começou uma caçada ordenada pela juíza kirchnerista Ruata de Leone ao pessoal da gendarmeria. Houve mais de 20 detidos em diversos ataques ilegais e violentos que denunciaram o sofrimento de torturas, entre eles um menor de 14 anos. Dos detidos iniciais, 08 permaneceram presos por quase três anos. Doze deles, acusados por vários delitos, que incluem homicídio qualificado e coação agravada, estão atualmente sendo julgados em Caleta Oliva. As forças da gendarmeria que chegaram para “pacificar” a região se instalaram em destacamentos permanentes (CORREPI e AGENCIA WALSH, 2013, p. 37).

No dia 12 de dezembro de 2013, a Câmara Oral Criminal de Caleta Oliva condenou à prisão perpétua três dos onze acusados pelo assassinato de Jorge Sayago. Porém, a causa judicial foi marcada por uma diversidade de irregularidades processuais, bem como pela prática de aterrorizar a população local através de ameaças e perseguições em busca de falsos testemunhos contra os petroleiros acusados. Até hoje ainda não se sabe quem fuzilou Sayago, naquela noite em que o governo municipal permitiu a interrupção da energia local, possibilitando que os policiais e possíveis infiltrados atirassem indiscriminadamente sem serem reconhecidos.

Considerações Finais

Uma década de governo kirchnerista não deixa dúvidas quanto ao caráter repressivo de sua política neoliberal. As vítimas das ações repressivas se contaram aos milhares, tanto no âmbito da repressão contrainsurgente quanto no da repressão preventiva. Conforme dados do informe elaborado pela CORREPI e pela Agência Walsh (2013), os aparatos repressivos estatais argentinos, durante os mandatos kirchneristas, foram responsáveis pela execução de aproximadamente 2.280 pessoas. Dentre essas, cerca de vinte foram mortas em ações de repressão contrainsurgente. O relatório também registra milhares de prisões arbitrárias seguidas de torturas e espancamentos em delegacias, incontáveis casos de acusações sem provas, centenas de ameaças e perseguições políticas, além de execuções acompanhadas do desaparecimento dos corpos — sendo o caso de Luciano Arruga emblemático, embora não isolado.

Além disso, destaca-se o uso sistemático de milícias armadas (as chamadas *patotas*) como instrumentos de repressão estatal e paraestatal, como no assassinato de Mariano Ferreyra em 20 de outubro de 2010, em Buenos Aires, durante uma paralisação dos ferroviários terceirizados da linha Roca. Esses episódios, embora aqui apresentados de forma sintética, são ilustrativos da lógica institucional repressiva vigente ao longo dos governos kirchneristas. Tal lógica expressa uma forma de regularização social que impacta de forma distinta as diversas classes sociais. Nesse sentido, o Estado define quais classes são

passíveis de proteção e quais podem ser reprimidas e, até mesmo, fuziladas — noção que Mbembe (2020) conceitua como *necropolítica*.

Neste trabalho, parte-se do entendimento de que a repressão estatal contemporânea constitui uma forma social funcional aos imperativos da acumulação integral na Argentina. Essa forma de acumulação encontrou no Estado neoliberal — e nas gestões kirchneristas em particular — o operador central de sua regularização social. Longe de representar uma ruptura com o neoliberalismo, os governos kirchneristas se assentaram sobre as formas sociais neoliberais herdadas, sem modificá-las substancialmente. Essas formas sustentaram a continuidade da acumulação integral por meio da manutenção da precarização das condições de trabalho e de vida, da exploração da força de trabalho, da ampliação do modo de vida lumpemproletário e da consolidação de um aparato repressivo cada vez mais eficaz no disciplinamento social.

Dessa forma, o kirchnerismo pode ser compreendido como uma gestão neoliberal, articulada aos interesses da burguesia e de suas distintas frações, bem como aos de classes auxiliares — tais como as burocracias partidária, sindical, estatal e policial — que conformaram sua base de sustentação e reprodução política. A escalada repressiva observada ao longo desse período (ver figuras 01 e 02) constitui, nesse sentido, uma manifestação concreta da função regularizadora e coercitiva desempenhada pelo Estado neoliberal argentino, através das gestões kirchneristas.

Referências

BONNET, A. **La hegemonía menemista** — el neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

BRAGA, L. **Classe em farrapos** — acumulação integral e expansão do lumpemproletariado. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

BRAGA, L. Repressão preventiva e seletiva na Argentina. In: JOHNSON, G. e SILVA, M. A. (prgs.) **A América Latina contemporânea** — espectros, diversidades e seletividades (pp. 47-64). Dourados, MS: Editora da UFGD, 2016.

BRAGA, L. **Repressão estatal e capital comunicacional** — a criminalização do movimento de desempregados na Argentina (1996-2002). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

CORREPI e AGENCIA WALSH. **Informe de la situación represiva durante el gobierno kirchnerista**: 10 años de kirchnerismo — una década ganada ¿para quién? Buenos Aires: CORREPI, 2013.

COTARELO, M. C. **Argentina (1993-2010)** — el proceso de formación de una fuerza social. Buenos Aires: PIMSA e Imago Mundi, 2016.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GAMALLO, L. e TAFURO, S. (2008). **Haedo 2005**: Crônica de un estallido anunciado. V Jornadas de Sociología de la UNLP, 10, 11 y 12 de diciembre de 2008, La Plata, Argentina. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.6066/ev.6066.pdf

GRIGERA, J. e ESKENAZI, M. Apuntes sobre la acumulación de capital durante la posconvertibilidad. Em: GRIGERA, J. (comp.). **Argentina después de la convertibilidad** -2002-201. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

- GUIMARÃES, A. P. **Classes perigosas** – banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- HARARI, F. **La triple K**. Buenos Aires: RyR, 2019.
- HARRING, S. L. **Policing a class society**. Chicago: Haymarket Books, 2017.
- HARRINGTON, M. **O crepúsculo do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MAIA, L. e VIANA, N. **Marx e o capital bancário** – o segredo dos juros e do capital monetário. Goiânia: Ragnatela, 2022.
- MARTICORENA, C. Relaciones laborales y condiciones de trabajo en la industria manufacturera durante la posconvertibilidad. Em: GRIGERA, J. (orgs.). **Argentina después de la convertibilidad - 2002-2011**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. **O capital**. Vol. 01. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. e FRIEDRICH, E. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1984.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2020.
- MONET, J. C. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Editora da USP, 2006.
- NEOCLEOUS, M. **La fabricación del orden social** – una teoría crítica sobre el poder de policía. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- PIVA, A. El modo de acumulación en la Argentina (1989-2015). In: BONNET, A. e PIVA, A. (comps.). **El modo de acumulación en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2019.
- RAMOS, M. P. **Etapas de acumulación y alianzas de clases en Argentina (1930-1970)**. Buenos Aires, 1972.
- ROJAS, D. **El kirchnerismo feudal** – la verdadera cara de Cristina en las provincias. Buenos Aires: Planeta, 2013.
- SALVIA, S. **Estado y conflicto intraburgués en Argentina** – la crisis de la convertibilidad (1999-2001). In: BONNET, A. e PIVA, A. (orgs.) **Argentina en pedazos** – luchas sociales y conflictos intraburgueses en la crisis de la convertibilidad. Buenos Aires: Continente, 2009.
- SALVIA, S. El modo de acumulación en la Argentina reciente – del neoliberalismo a la postconvertibilidad. Em: BONNET, A. e PIVA, A. (orgs.). **El modo de acumulación en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2019.
- SVAMPA, M. **La sociedad excluyente** – la Argentina bajo el signo del neoliberalismo. Buenos Aires: Taurus, 2010.
- VERDÚ, M. del C. **Represión en democracia** – de la “primavera alfonsinista” al “gobierno de los derechos humanos”. Buenos Aires: Herramienta, 2009.
- VIANA, N. **Karl Marx** – a crítica desapiedada do existente. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- VIANA, N. **A consciência da História** – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- ZIMMERMANN, Eduardo. **Los liberales reformistas**. La cuestión social en la Argentina, 1890–1916. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.